



Número: **0829551-21.2019.8.18.0140**

Classe: **OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **05/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes   |                    | Procurador/Terceiro vinculado             |         |
|--|--------------------|---|---------|
| MARIA DOMINGAS MOURA DE SOUSA (REQUERENTE)                       |                    | ITALLO VINICIUS LOPES DE SOUSA (ADVOGADO) |         |
| SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REQUERIDO) |                    |   |         |
| Documentos   |                    |   |         |
| Id.  | Data da Assinatura | Documento                                 | Tipo    |
| 6688305  | 11/10/2019 07:21   | <a href="#">PETIÇÃO INICIAL</a>           | Petição |



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE TERESINA PIAUÍ**

**MARIA DOMINGAS MOURA DE SOUSA**, brasileira, divorciada, dor lar, portadora da carteira de identidade de nº 1.717.402 SSP/PI, CPF de nº 881.442.753-49, sem endereço eletrônico, residente e domiciliada na Rua Nossa Senhora da Assunção, nº 2479, Bairro Vila Irma Dulce, Teresina, Piauí. CEP: 64.040-530. Vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência por intermédio de seu advogado (procuração anexa), com endereço profissional ao timbre, onde recebe intimações e notificações, propor:

**AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE  
LIMINAR E JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**

em face da **Seguradora líder dos consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado regularmente conveniada à Superintendência de Seguros privados — SUSEP, inscrita no CNPJ 09.248.608/0001-04, sediada na Rua Senador Dantas, nº74, 5º andar, Bairro centro, Rio de Janeiro — RJ, 20.0312-05, tendo em conta os motivos fáticos e jurídicos que seguem.

**I – DA GRATUIDADE DO ACESSO Á JUSTIÇA**

A autora é pessoa de poucos recursos, encontra-se desempregada, e não tem como arcar com as custas processuais, conforme declaração de pobreza na procuração “AD JUDICIA ET EXTRA” anexa, portanto, a parte autora não têm condições de arcar com as custas processuais iniciais de ingresso sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Nosso novo código de processo civil em seu artigo 98 e s.s, sobre o tema, assim disciplina que



Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Assim para o deferimento da assistência judiciária, nos termos do § 3º do artigo 99 da lei nº 13.105/15, basta a afirmação de que não possui condições de arcar com as custas e honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou de sua família.

Desta forma o que se conclui é que as pessoas físicas possuem presunção de veracidade de suas alegações de insuficiência de recursos, devendo in casu, ser deferido os benefícios da Justiça Gratuita ao Requerente.

Segundo a lei basta o simples requerimento na própria petição inicial e a qualquer momento no processo, para ver deferida a concessão do benefício.

O § 2º do artigo 99 do NCPC possui o seguinte enunciado, in verbis:

§2º O juiz SOMENTE poderá indeferir se **houver nos autos** elementos que evidenciem a falta de pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo antes de indeferir, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Veja Excelência, que o parágrafo do texto legal, transcrito acima, é cristalino de que ao magistrado **SOMENTE** é permitido indeferir o pedido de gratuidade da justiça se **houver nos autos elementos que evidencie a falta de pressupostos legais para a concessão da gratuidade.**

Devendo, por raciocínio, caso o magistrado resolva indeferir tal benefício, indicar tais elementos contido nos autos, sem que ao fazê-lo crie obstáculos à Garantia Constitucional do Livre Acesso dos cidadãos à Justiça.

Portanto, desde já, pela plausibilidade do Direito em comento, requer-se a Vossa Excelência a concessão da Justiça Gratuita aos autores por fazerem os mesmos jus a aludida pretensão entre outras.

---

## II – SÍTESES DOS FATOS

---

Excelência sem muitas delongas, como se afere das documentações anexas, a autora sofrera acidente automobilístico no dia 11/10/2016 (boletim de ocorrência anexo).

O acidente ocorreu as 11:00 min. quando a sobrinha da autora estava na rua denominada Jatobá, próxima a uma parada de Vans, quando um motociclista, onde á atropelou deixando varias escoriações e quebrando a clavícula e vários hematomas.





Em decorrência do acidente, autora passou por procedimento cirúrgico, onde foram colocados pinos e placas metálicas, e atualmente possui limitação de movimento no ombro e incapacidade laboral, conforme laudos médicos anexo, e apesar das diversas seções de fisioterapia, autora ainda possui grandes limitações.

É devido a falta de conhecimento, não possui laudo do IML, e só veio toma conhecimento do seu direito ao seguro DPVAT no presente momento, pois à busca seu direito junto a Ré a mesma, afirmou que a parte autora não possuía tais direitos.

Por estes fatos devidamente comprovados a autora busca amparo neste d. Juízo.

## II – DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art, 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

- i)-R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) no caso de morte;
- ii) - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;
- iii)- até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima, no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório, nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

**Art. 52, O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.**

Compulsando a documentação acostada a inicial, não resta dúvida que o requerente faz jus a indenização, como se pode inferir da redação do artigo 3º, inciso II da Lei nº. 6.194/74.

Cabe aludir que, se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão.

Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada



permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte. Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. É dever da Seguradora Ré, cumprir com o determinado pelo artigo 373 do NCPC, que diz que incumbe ao Réu o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora.

#### **a) Da Prescrição**

Inicialmente, cumpre ressaltar que não há em que se falar em prescrição haja vista está a presente ação em acordo com as legislações e entendimentos jurisprudenciais. A Súmula 278 do STJ, assegura que: “O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral”.

Infere-se da leitura dos autos que entre a data do laudo médico comprovando a lesão permanente e a propositura da presente ação não decorreu lapso de tempo superior à três anos, devendo a prescrição da ação ser afastada.

Noutra seara, O prazo prescricional interrompe com a busca no recebimento administrativamente do Seguro. Desta maneira, a data da negativa ao pagamento administrativo passa a ser novamente o marco prescricional, o qual se faria após 03 (três) anos de inércia, o que não ocorre no caso em análise.

Nesse sentido, deve ser acolhido o presente feito com fundamento nos ensinamentos jurisprudenciais atualizados, assim, possuindo direito da autora para reclamar dos valores Devidos.

#### **b) Da Inversão do Ônus da Prova**

Embora a autora já instrua a presente Ação com provas técnicas suficientes para a comprovação de sua incapacidade permanente, tais como: laudos médicos, raio - x, fotos entre outros, a legislação pátria assegura ao mesmo o direito à inversão do ônus probatório.

Quanto à inversão do ônus da prova, as características do direito indicam, por si só, que o requerente, interessado por evidente no deslinde da questão, deve ser considerado como parte hipossuficiente. Nesse sentido há entendimentos:

**“(…) a hipossuficiência, que vem exigida pela lei como um dos requisitos alternativos para inversão do ônus probatório, pode dar-se no tocante à dificuldade técnica do consumidor em desincumbir-se do ônus de provar os fatos constitutivos de seu direito” (RT 775/275).**

Ademais, o Novo CPC ampliou essa inversão para qualquer hipótese em que houver dificuldade na construção probatória, tratando da **carga dinâmica da prova**.

Em hipóteses tais, nos termos do mesmo preceito, Vossa Excelência deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído. Aliás, o princípio da carga dinâmica das provas foi expressamente admitido pelo vigente Código de Processo Civil, o que se infere do 8º do art. 373: §1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção





da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.

Desta forma, requer Excelência, a aplicação do artigo 373, parágrafo 1º de acordo como o Novo Código de Processo Civil, bem como a empresa a vinculação ao pagamento das possíveis despesas periciais.

#### **c) Do Não Interesse na audiência de Conciliação**

Excelência, tendo em vista o comportamento reiterado da ré nas demandas desta natureza, onde a mesma se mostra totalmente desfavorável a realização de acordos antes da comprovação dos fatos alegados através de perícia judicial, a parte autora manifesta, em atenção aos princípios da celeridade e da economia processual, seu desinteresse na realização de audiência de conciliação.

#### **IV- DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA**

A presente demanda funda-se em uma ação de cobrança, fundada em um ato ilícito afetando a Autora, fato inequívoco e devidamente comprovado em razão da regular notificação.

Dessa maneira, requer a autora, que se digne Vossa Excelência de antecipar a tutela pretendida com fundamento no artigo 300 do Código de Processo Civil, no sentido de produzir a prova pericial antecipada, fundado no receio de prejudicar na demora da realização da mesma, evitando maiores danos que certamente serão de difícil, senão a possível reparação.

A necessidade de antecipação da tutela pretendida (aplicação antecipada da prova pericial e o ressarcimento de todos danos causados) é medida que se impõe. A demora na produção antecipada de prova pericial e o ressarcimento dos danos pretendida representará, o agravamento dos esclarecimentos do pagamento dos valores corretos, dificultando assim, os motivos de indícios para provar o efetivo dano causado pela ré.

Demonstrados, portanto, o periculum in mora e a prova inequívoca, mister se faz a tutela antecipada de urgência com supedâneo nos artigos 294 e seguintes e 300 do Código de Processo Civil. Seja de maneira, inaudita altera pars, nos termos dos artigos 294 e seguintes e 300, do Código de Processo Civil.

Ao contrário, visto que não se busca antecipar um resultado que modifique o estado de direitos das partes, mas sim antecipar um ato inerente ao próprio processo e que, nesta exata medida, invariavelmente ocorrerá, seja agora, sem prejuízo para a autora, a ré e a demanda, ou depois, também sem prejuízo para a ré e a demanda. Trazendo assim, esclarecimento para auferir os danos causados.

Além de a antecipação que ora se colima não espelhar qualquer prejuízo para a ré ou para o deslinde da presente medida judicial, na senda oposta, o fundado receio de dano



irreparável ou de difícil reparação caso a produção antecipada de prova pericial não seja concedida é ainda mais nítido.

Sendo assim, na eventualidade de não ser atendido de imediato o pedido da autora no que tange à antecipação de tutela de urgência, requer seja o mesmo pedido reavaliado após a resposta da ré, A TÍTULO DE TUTELA ANTECIPADA, quando não restará qualquer dúvida quanto à sua responsabilidade, concedendo assim o instituto da tutela antecipada.

## **VI — DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**

Desta forma, conforme os entendimentos dos tribunais no sentido de que é imperativa o pagamento da indenização pela seguradora, sendo o objeto já pacificado pelos tribunais.

Por conseguinte, a desnecessidade de produção de qualquer prova, notadamente quando se leva em consideração quando a constatação da invalidez recaiu sobre o autor, ratificada mediante as provas em anexo, entre elas laudos médicos expedidos por médicos especialistas da área.

Nesta razão, não cabe discutir acerca do grau de invalidez, vista possuir laudos e receitas que prove a invalidez permanente do autor.

Portanto, conforme o artigo 355, inciso II do NCPC requer o JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO, é imperativa a aplicação da norma prevista.

## **VII- DOS PEDIDOS**

Pelo exposto, requer que Vossa Excelência digne-se;

1. A conceder os benefícios da Justiça Gratuita à autora por medida de Direito que se impõe;
2. A não realização de audiência de conciliação. Nomeando imediatamente perito deste juízo para a realização da perícia na autora e após, a intimação da ré para manifestar-se da mesma, caso seja necessário;
3. Que seja concedida a MEDIDA LIMINAR “INAUDITA ALTERA PARTES”, nos termos dos artigos 294 e seguintes e 300, do Código de Processo Civil, que seja reavido todos os direitos ao requerente, em razão do receio de difícil reparação, requer a autora que se digne Vossa Excelência de conceder a tutela antecipada de urgência;
4. A citação da SEGURADORA LIDER DPVAT S. A., para que querendo manifeste-se, contestando ou propondo acordo.
5. A condenação da Requerida AO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT a parte Autora, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos pelo IGP-M desde a data do Indeferimento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;
6. Que julgue a presente AÇÃO TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a invalidez permanente e total, no valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos





reais), e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC;

7. Desta feita, que seja invertido o ônus da prova, aplicando-se, no entanto, o artigo 373, parágrafo 1º de acordo como o Novo Código de Processo Civil, bem como a empresa a vinculação ao pagamento das possíveis despesas periciais, requer a inversão do ônus probante, para que a Requerida apresente documentos relativos a lide;

8. A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;

Protesta por todos os meios de prova em direito admitidos.

Dá-se à presente causa o valor R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais)

Teresina, Piauí 11 de outubro de 2019.

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Itallo Vinicius Lopes de Sousa  
Advogado  
OAB/PI nº 18.484

### **QUESITOS**

- 
1. Há algum membro ou órgão do(a) autor(a) danificado(a) / lesionado? Qual?
  2. A lesão da vítima a limita de desempenhar as atividades habituais do dia a dia, que são necessária a utilização do referido órgão / membro lesionado? Por quanto tempo, aproximadamente, essa limitação ainda irá perdurar?
  3. A Lesão no periciando é de fácil percepção? As mesmas deixaram sequelas definitivas no periciando?
  4. Restando configurada a invalidez permanente (leia-se: quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável) do membro / órgão do(a) periciando(a), está se configura como total ou parcial?





5. Em sendo constatada a invalidez permanente parcial, está é completa ou incompleta?

6. Em sendo incompleta, qual a repercussão dos danos: (intensa 75%), média (50%), leve (25%) ou sequelas residuais (10 %)?

